

EVOLUÇÃO DA FECUNDIDADE DO RIO GRANDE DO SUL E PERSPECTIVAS FUTURAS

Maria de Lourdes Teixeira Jardim*

1 - Introdução

A fecundidade é o componente demográfico que mais influenciou a diminuição do crescimento populacional do Rio Grande do Sul nas últimas décadas. As mudanças desse indicador foram as que tiveram maior impacto no crescimento populacional. Levantaremos aqui algumas considerações sobre o comportamento do padrão de reprodução do RS, comparando-o com o do Brasil e o de alguns outros países desenvolvidos.

A medida demográfica que influi diretamente no crescimento populacional é a natalidade. A influência desse componente no crescimento populacional é analisada pelo comportamento da Taxa Bruta de Natalidade¹. Embora para o cômputo do crescimento populacional a Taxa Bruta de Natalidade seja imprescindível, quando se deseja analisar o comportamento dos padrões reprodutivos de uma população, o mais indicado é o estudo da Taxa de Fecundidade Total². Isto porque, em populações onde o número de mulheres em idade reprodutiva é elevado, pode ocorrer um acréscimo na Taxa Bruta de Natalidade, mesmo após a queda da Taxa de Fecundidade Total.³ Até quando isso ocorre, a médio prazo os baixos níveis de fecundidade produzem, como conseqüência, o declínio da Taxa Bruta de Natalidade, fazendo com que, apesar das limitações da Taxa de Fecundidade Total, esta seja, dentre as medidas de fecundidade, a mais indicada para medir e analisar os níveis reprodutivos de uma população.

Para melhor entendermos o comportamento demográfico histórico experimentado por nosso Estado, vamos fazer algumas considerações teóricas a respeito da Teoria da Transição Demográfica, a qual descreve o comportamento das populações humanas como seguindo um padrão de evolução no qual, antes da passagem de altos níveis de mortalidade e fecundidade para baixos níveis, há um período intermediário, onde caem as taxas de mortalidade e as de fecundidade permanecem elevadas, fazendo com que populações com essa característica

* Estatística e Demôgrafia da FEE.

¹ Taxa de Natalidade de um determinado ano é a relação entre o número de filhos nascidos vivos durante esse ano e a população total no meio do ano.

² Taxa de Fecundidade Total é o número médio de filhos que uma mulher teria no final do seu período reprodutivo, se, ao longo desse, o regime de fecundidade fosse o mesmo do período analisado.

³ Populações que experimentaram, no passado, níveis de fecundidade elevados, apesar de a mortalidade já se apresentar controlada, propiciam que haja um grande número de mulheres em idade reprodutiva, fazendo com que, mesmo após a diminuição do número médio de filhos por mulher, o volume de crianças nascidas em um determinado ano seja elevado.

experimentem um elevado crescimento populacional nesse período. Fora esse período de transição, a fecundidade é o componente do crescimento vegetativo de maior impacto no crescimento populacional. Nos países desenvolvidos, esse período de transição ocorreu com o início da industrialização. A França, por exemplo, já apresentava tendência de queda nos níveis de mortalidade e de fecundidade por volta do século XVI, na Tabela 1 podemos verificar a evolução da taxa de fecundidade total desse país.

As explicações para o início da queda da fecundidade estão ligadas ao processo de modernização da sociedade. Dentre essas explicações, a bibliografia sobre a transição da fecundidade destaca fatores como a especialização da mão-de-obra, maior educação, maior representação do trabalho feminino na força de trabalho, o custo social dos filhos e diminuição da influência da religião no comportamento social.

Tabela 1

Taxa de fecundidade total da França — 1750-1975

ANOS	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL
1750	5,39
1760	5,48
1770	5,21
1780	5,10
1790	5,18
1800	4,90
1810	4,41
1820	4,36
1830	4,13
1860	3,46
1870	3,50
1880	3,45
1890	3,12
1900	2,90
1910	2,60
1920	1,65
1930	2,30
1940	2,07
1950	2,98
1960	2,70
1970	2,60
1975	2,24

FONTE: FESTY, Patrick (1979). **La fécondité des pays occidentaux de 1870 a 1970**. Universitaires de France/Institut National d'études démographiques. (Travaux et Documents. Cahier, 85).

2 - Evolução da queda da fecundidade

O Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros que apresentam menores taxas de fecundidade. Os dados censitários de 1980 revelam que o número médio de filhos por mulheres, no final da década de 70, era de 3,1 filhos, média esta só superior a do Rio de Janeiro. Esses patamares indicam que os níveis de fecundidade da população tinham caído abruptamente em relação à tendência passada. Essa tendência tinha se verificado em todo o território nacional, inclusive nas regiões mais atrasadas.

Tabela 2

Taxa de Fecundidade Total no Rio Grande do Sul, nas Regiões Sul e Nordeste, no Brasil e nos Estados Unidos — 1940-2000

ANOS	RIO GRANDE DO SUL	REGIÃO SUL	REGIÃO NORDESTE	BRASIL	ESTADOS UNIDOS
1940	5,08	5,65	7,15	6,16	2,14
1950	5,22	5,70	7,50	6,21	2,98
1960	5,11	5,87	7,39	6,28	3,53
1970	4,29	5,42	7,53	5,76	2,40
1980	3,11	3,63	6,13	4,35	1,72
1985	2,71	-	-	3,81	1,72
1990	2,49	-	-	3,46	1,72
1995	2,35	-	-	3,16	1,72
2000	2,26	-	-	2,91	1,72

FORNTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1990 (1990). Rio de Janeiro, v.50.

FESTY, Patrick (1979). *La fécondité des pays occidentaux de 1870 a 1970*. Universitaires de France/Institut National d'études démographiques. (Travaux et Documents. Cahier, 85).

JARDIM, Maria de Lourdes, AGUIRRE, Eduardo Juarez (1988). Projeções da população total do RS, por idade e sexo e segundo condição de domicílio. In: ENCONTRO NACIONAL DE MÉTODOS QUANTITATIVOS, 1., Santa Maria. (s.n.t.).

THOMPSON, Patrick et al. (1989). Multivariate time series projections of parameterized age-specific fertility rates. *Journal of the American Statistical Association*, v.84, n.407, p.689-699, Sept.

Para melhor entendermos o inusitado do fenômeno, devemos destacar que os níveis de fecundidade dos estados das Regiões Sul e Sudeste já se apresentavam em queda na década de 60, enquanto os da Região Nordeste continuavam em patamares elevados, com uma média de mais de sete filhos por mulher. Embora os dados censitários de 1970 já revelassem um leve freio no crescimento demográfico em relação às décadas anteriores, ainda se falava, no Brasil, de explosão demográfica. Essa mentalidade prevaleceu inclusive nos meios acadêmicos e tecnocratas até o início da década de 80, após a consolidação dos baixos níveis de fecundidade com os resultados do censo demográfico de 1980.

Como o principal freio demográfico é a queda da fecundidade, o fato de essa estar caindo a níveis ainda mais significantes no Rio Grande do Sul do que no Brasil como um todo tem como consequência mudanças no comportamento do crescimento populacional e também uma profunda modificação no padrão etário da população.

Na análise das hipóteses para as causas da queda de fecundidade no Brasil, pode-se verificar que há uma nítida diferenciação nas explicações para as quedas ocorridas antes de 1970 e após. No primeiro período, os analistas enfatizam as causas ligadas à urbanização e à modernização. Já nas explicações para a recente e drástica queda da fecundidade, aparecem enfatizadas causas ligadas a problemas específicos de países em desenvolvimento, como o controle massivo da natalidade, disfarçado com nomes como Planejamento Familiar e Paternidade Responsável. Martine e Faria acrescentam ainda como causas da queda da fecundidade o impacto da proletarização da agricultura nas estratégias de sobrevivência, nas áreas rurais e a pauperização crescente da força de trabalho urbano (MARTINE, FARIA, 1986).

A mudança da ênfase das causas da queda de fecundidade do País é consequência da análise de pesquisas realizadas nos períodos intercensitários, como as PNADs. Desde a década de 70, já se verificava nos resultados das pesquisas domiciliares a profunda mudança do comportamento reprodutivo das famílias brasileiras. Ou seja, mesmo antes dos resultados do censo demográfico de 1980, conclusivos sobre a generalizada queda da fecundidade, já havia indicativo dos baixos padrões alcançados para todas as regiões do País.

O quadro apresentado pelas pesquisas domiciliares da década de 80 revela que as maiores quedas se deram nas populações mais pobres. Isto porque a principal causa da recente diminuição do tamanho da família é o fácil acesso de todas as camadas sociais aos métodos anticoncepcionais, principalmente à esterilização. É nas regiões mais pobres do País que as mulheres apresentam maiores níveis de esterilização (Tabela 3); a média de mulheres brasileiras esterilizadas, dentre as que utilizavam algum método anticoncepcional, em 1986, era de 41,8% (TERRA, 1991). Para se ter uma idéia da magnitude desse percentual, a média de mulheres esterilizadas nos países desenvolvidos é de 7%, cabendo aos Estados Unidos a cifra mais elevada, de 17%, valor este pouco menor do que o percentual apresentado por nosso estado. Outro dado alarmante verificado nessa pesquisa foi a época da realização da esterilização, pois mais de 50% das cirurgias foram realizadas depois de 1980 (TERRA, 1991). Esses dados da proporção de usuárias de métodos de anticoncepção irreversível demonstram também a impossibilidade de reversão da queda da fecundidade.

Tabela 3. PROPORÇÃO DE MULHERES ESTERILIZADAS NO TOTAL DE USUÁRIAS DE MÉTODO ANTICONCEPCIONAL EM ALGUNS ESTADOS DO BRASIL — 1986

ESTADOS	PROPORÇÃO (%)
Rio de Janeiro	45,3
São Paulo	37,3
Paraná	40,2
Rio Grande do Sul	18,2
Pernambuco	60,2
Goiás	70,6

FORTE: SIMÕES, Celso Cardoso da Silva, OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto (1988). **A situação da fecundidade**; determinantes gerais e características da transição recente. Rio de Janeiro: IBGE. (Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil). p.52.

3 - Perspectivas

A análise da evolução da fecundidade no Rio Grande do Sul e principalmente os resultados das últimas pesquisas domiciliares indicam que, provavelmente, os dados censitários de 1991 revelarão que as mulheres gaúchas não estão muito longe do padrão reprodutivo de substituição.⁴ Embora, quando se analisa a estrutura da fecundidade por idade da mãe, se verifique que o comportamento dessa é muito diferenciado do padrão apresentado por populações com padrões de reposição.

⁴ Padrão reprodutivo de substituição é o número médio de filhos por mulher que garante a reposição da população, ou seja, é o nível de taxa de fecundidade que, a longo prazo, se mantido constante, fará com que a população permaneça constante. Esse nível é de aproximadamente 2,1 filhos por mulher (o que substitui o casal e a mortalidade antes do período reprodutivo).

No Gráfico 1, podemos observar como se comportou a estrutura de fecundidade do Estado nas duas últimas décadas e a da população da Iugoslávia, que, em 1980, apresentava um padrão de reposição.⁵ As quedas de fecundidade entre as décadas de 60 e 70 deram-se em grau elevado em quase todas as faixas etárias, exceto na primeira. Dentre os adolescentes, houve inclusive um aumento da fecundidade. Já a estrutura-padrão é caracterizada pela diminuição da fecundidade nas idades mais avançadas, isto porque, em populações de baixa fecundidade, apesar de as mulheres terem o primeiro filho com mais idade, pelo fato de a extensão do período de reprodução ser curta, há diminuição do tamanho da prole.

Devemos atentar ainda para o fato de que a situação vivida atualmente pelos países desenvolvidos, em termos de níveis de fecundidade abaixo do padrão de reposição,⁶ também acarreta problemas ligados à estrutura etária da população, tais como a grande quantidade de idosos e a carência de mão-de-obra. Coale (1987) salienta como consequência social de uma situação prolongada de baixa fecundidade a dificuldade de conseguir emprego, a diminuição das chances de promoção e a ampliação da transferência de recursos dos empregados para os aposentados.

As projeções populacionais da FEE (JARDIM, AGUIRRE, 1988) partem da hipótese de que haverá uma desaceleração do ritmo de queda da fecundidade em relação ao verificado nas últimas décadas. Caso essa hipótese se confirme, os próximos resultados censitários revelarão que as gaúchas tinham, em média, aproximadamente 2,5 filhos por mulher no período entre 1985 e 1990. Se isso se confirmar e se, adicionalmente, o freio no decréscimo do número médio de filhos por mulher se mantiver, é provável que o nível de reposição da população do Estado seja atingido por volta de 2015.⁷

Embora, como vimos anteriormente, as pesquisas domiciliares do Brasil apontem uma perspectiva favorável a índices cada vez mais baixos de fecundidade, o fato de o Rio Grande do Sul apresentar os mais baixos índices de esterilização, associado a precocidade da queda em relação ao resto do País, faz com que a hipótese do freio na Taxa de Fecundidade Total em nosso Estado seja aceitável.

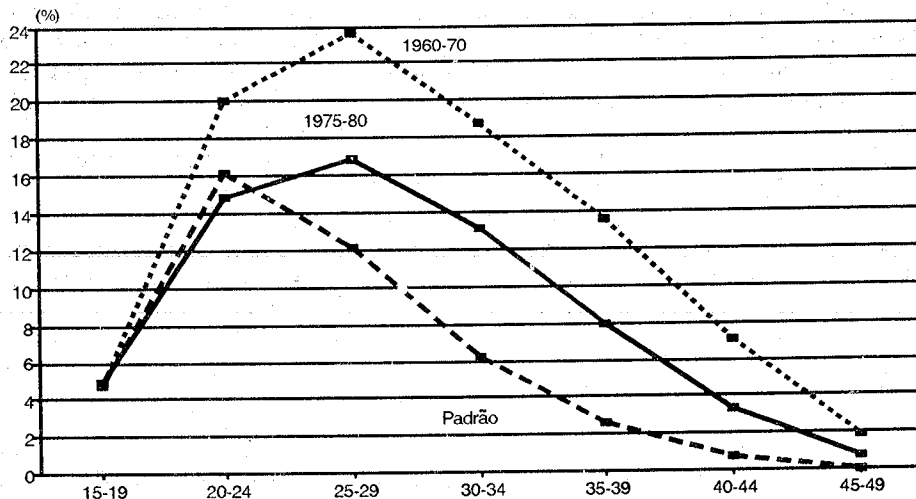
Mesmo considerando que levamos 20 anos para diminuir a nossa fecundidade total de cinco para três filhos, enquanto países desenvolvidos como a França precisaram de um século para que isso acontecesse, acreditamos que ainda estamos muito longe da atual situação de países como a Alemanha Ocidental, onde as mulheres têm, em média, pouco mais de um filho. Apesar disso, temos condições de, num futuro bem próximo, alcançarmos níveis de fecundidade condizentes com o padrão ótimo de crescimento populacional.

⁵ Foi escolhida como padrão a Iugoslávia, porque, além de apresentar um padrão de fecundidade de reposição, esse país mostra diversidade cultural, mistura étnica e valores religiosos que lhe dão características que nos permitem considerar a hipótese de que o Rio Grande do Sul apresentará uma estrutura de fecundidade semelhante a sua por volta do ano de 2015 (JARDIM, AGUIRRE, JUAREZ, 1988).

⁶ Nos Estados Unidos, Alemanha Oriental, Inglaterra e Gales, Finlândia, França, Hungria, Romênia, Canadá e Japão, as taxas de fecundidade estão ao redor de 1,8 filho por mulher. A Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, a Itália, a Alemanha e a Suécia possuem taxas inferiores a 1,6 filho por mulher. Na Alemanha Ocidental, esse indicador de fecundidade é de 1,3 filho por mulher (COALE, 1987).

⁷ Cabe salientarmos que as projeções populacionais da FEE partem dessa hipótese para interpolar as taxas de fecundidade do Estado entre 1980 e 2015.

GRÁFICO 1

ESTRUTURA DA TAXA DE FECUNDIDADE, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA,
NO RIO GRANDE DO SUL — 1960-1980

FONTE: JARDIM, Maria de Lourdes, AGUIRRE, Eduardo Juarez (1988). Projeções da população total do RS, por idade e sexo e segundo condição de domicílio. In: ENCONTRO REGIONAL DE MÉTODOS QUANTITATIVOS, 1., Santa Maria. (s.n.t.).

Bibliografia

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1990 (1990). Rio de Janeiro: IBGE, v.50.
- BERQUÔ, Elza (1989). A família no século XXI: um enfoque demográfico. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.6, n.2, p.1-16, jul./dez.
- BERQUÔ, Elza (1987). Sobre a política de planejamento familiar no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.4, n.1, p.95-103, jan./jul.

- CARVALHO, José Alberto Magno (1984). Declínio da fecundidade no Brasil, ritmo de crescimento demográfico e distribuição etária da população. **Revista da ANPEC**, v.7, n.8, p.30-36, nov.
- COALE, Ansley J. (1987). As implicações sociais da fecundidade abaixo do nível de substituição. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.4, n.1, p.39-60, jan./jul.
- FESTY, Patrick (1979). **La fécondité des pays occidentaux de 1870 a 1970**. Universitaires de France/Institut National D'Études Démographiques. (Travaux et Documents. Cahier, 85).
- JARDIM, Maria de Lourdes (1989). **Revisão das séries de previsões populacionais: 1970-1995**. Porto Alegre: FEE. (Documento CMQ 31. doc. circ. interna).
- JARDIM, Maria de Lourdes, AGUIRRE, Eduardo Juarez (1988). Projeções da população total do RS, por idade e sexo e segundo condição de domicílio. In: ENCONTRO REGIONAL DE MÉTODOS QUANTITATIVOS, 1., Santa Maria. (s.n.t.).
- MARTINE, George (1989). O mito da explosão demográfica. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.9, n.51, p.28-35, mar.
- MARTINE, George, CAMARGO, Liscio (1984). Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.1, n.1/2, p.99-170, jan./dez.
- MARTINE, George, FARIA, Vilmar (1986). Contexto social da política e da pesquisa em população no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.3, n.1, p.1-24, jan./jul.
- PATARRA, Neide, OLIVEIRA, Maria Coleta (1972). Apontamentos críticos sobre os estudos de fertilidade. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v.33, n.131, p.481-502, jul./set.
- SIMÕES, Celso Cardoso da Silva, OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto (1988). **A situação da fecundidade**; determinantes gerais e características da transição recente. Rio de Janeiro: IBGE. (Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil).
- TERRA, Patrícia (1991). Esterilização uma arma política. **Cadernos do Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, v.14, n.141, p.10-17, jul.
- THOMPSON, Patrick et al. (1989). Multivariate time series projections of parameterized age-specific fertility rates. **Journal of the American Statistical Association**, v.84, n.407, p.689-699, Sept.
- UNITED NATIONS SECRETARIAT (1987). World demographic trends. **World Health Statistics Quarterly**, v.40, n.1, p.6-21.